

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	24	12	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.508	3.787
			Gestão Previdencial (Nota 8)	3.101	3.194
REALIZÁVEL	614.335	817.940	Gestão Administrativa (Nota 9)	390	565
Gestão Previdencial (Nota 4)	1.735	1.761	Investimentos	17	28
Gestão Administrativa (Nota 5)	467	481			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.430	1.438
Investimentos (Nota 6)	612.133	815.698	Gestão Previdencial (Nota 10)	1.317	1.326
Títulos Públicos	172.452	197.356	Gestão Administrativa (Nota 11)	113	112
Créditos Privados e Depósitos	214.421	296.702	PATRIMÔNIO SOCIAL	611.179	814.294
Ações	2.321	4.580	Patrimônio de Cobertura do Plano	563.136	725.175
Fundos de Investimento	174.277	258.686	Provisões Matemáticas (Nota 12)	591.968	721.090
Investimentos Imobiliários	21.920	28.398	Benefícios Concedidos	363.200	480.619
Empréstimos	26.528	29.681	Benefícios a Conceder	228.768	240.471
Outros Realizáveis	214	295	Equilíbrio Técnico (Nota 13)	(28.832)	4.085
			Resultados Realizados	(28.832)	4.085
PERMANENTE (Nota 7)	1.758	1.567	Superávit Técnico Acumulado	0	4.085
Imobilizado	1.752	1.514	(-)Déficit Técnico Acumulado	(28.832)	0
Intangível	6	53	Fundos (Nota 14)	48.043	89.119
			Fundos Previdenciais	43.456	85.300
			Fundos Administrativos	4.274	3.554
			Fundos dos Investimentos	313	265
				-	-
TOTAL DO ATIVO	616.117	819.519	TOTAL DO PASSIVO	616.117	819.519

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	74.193	73.032	1,59
Disponível	5	-	100,00
Recebível	204	171	19,30
Investimento	73.984	72.861	1,54
Títulos Públicos	15.082	17.242	(12,53)
Créditos Privados e Depósitos	25.973	25.921	0,20
Ações	281	425	(33,88)
Fundos de Investimento	26.083	23.362	11,65
Investimentos Imobiliários	6.240	5.643	10,58
Empréstimos	294	237	24,05
Outros Realizáveis	31	31	-
2. Obrigações	605	566	6,89
Operacional	605	566	6,89
3. Fundos não Previdenciais	205	171	19,88
Fundos Administrativos	204	171	19,30
Fundos de Investimentos	1	-	100,00
4. Resultados à Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	73.383	72.295	1,50
Provisões Matemáticas	70.724	70.062	0,94
Superávit/Déficit Técnico	(3.813)	(4.666)	(18,28)
Fundos Previdenciais	6.472	6.899	(6,19)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	129.536	128.896	0,50
Disponível	4	-	100,00
Recebível	1.028	896	14,73
Investimento	128.504	128.000	0,39
Títulos Públicos	32.458	27.548	17,82
Créditos Privados e Depósitos	43.652	41.415	5,40
Ações	460	762	(39,63)
Fundos de Investimento	33.008	39.860	(17,19)
Investimentos Imobiliários	10.211	9.228	10,65
Empréstimos	8.651	9.109	(5,03)
Outros Realizáveis	64	78	(17,95)
2. Obrigações	768	745	3,09
Operacional	759	737	2,99
Contingencial	9	8	12,50
3. Fundos não Previdenciais	816	606	34,65
Fundos Administrativos	730	544	34,19
Fundos de Investimentos	86	62	38,71
4. Resultados à Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	127.952	127.545	0,32
Provisões Matemáticas	127.654	126.375	1,01
Superávit/Déficit Técnico	(6.290)	(4.470)	40,72
Fundos Previdenciais	6.588	5.640	16,81

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	0	143.432	(100,00)
Recebível	0	139	(100,00)
Investimento	0	143.293	(100,00)
Títulos Públicos	0	34.910	(100,00)
Créditos Privados e Depósitos	0	52.482	(100,00)
Ações	0	852	(100,00)
Fundos de Investimento	0	47.023	(100,00)
Investimentos Imobiliários	0	6.029	(100,00)
Empréstimos	0	1.944	(100,00)
Outros Realizáveis	0	53	(100,00)
2. Obrigações	0	213	(100,00)
Operacional	0	211	(100,00)
Contingencial	0	2	(100,00)
3. Fundos não Previdenciais	0	144	(100,00)
Fundos Administrativos	0	139	(100,00)
Fundos de Investimentos	0	5	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	0	143.075	(100,00)
Provisões Matemáticas	0	103.553	(100,00)
Superávit/Déficit Técnico	0	14.071	(100,00)
Fundos Previdenciais	0	25.451	(100,00)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	0	71.012	(100,00)
Recebível	0	165	(100,00)
Investimento	0	70.847	(100,00)
Títulos Públicos	0	17.200	(100,00)
Créditos Privados e Depósitos	0	25.857	(100,00)
Ações	0	423	(100,00)
Fundos de Investimento	0	23.270	(100,00)
Investimentos Imobiliários	0	3.040	(100,00)
Empréstimos	0	1.031	(100,00)
Outros Realizáveis	0	26	(100,00)
2. Obrigações	0	260	(100,00)
Operacional	0	125	(100,00)
Contingencial	0	135	(100,00)
3. Fundos não Previdenciais	0	153	(100,00)
Fundos Administrativos	0	148	(100,00)
Fundos de Investimentos	0	5	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	0	70.599	(100,00)
Provisões Matemáticas	0	52.990	(100,00)
Superávit/Déficit Técnico	0	9.016	(100,00)
Fundos Previdenciais	0	8.593	(100,00)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	139.471	136.187	2,41
Disponível	2	-	100,00
Recebível	937	844	11,02
Investimento	138.532	135.343	2,36
Títulos Públicos	32.459	31.981	1,49
Créditos Privados e Depósitos	47.841	48.080	(0,50)
Ações	512	721	(28,99)
Fundos de Investimento	43.558	41.266	5,55
Investimentos Imobiliários	5.469	4.458	22,68
Empréstimos	8.633	8.773	(1,60)
Outros Realizáveis	60	64	(6,25)
2. Obrigações	1.173	1.150	2,00
Operacional	67	173	(61,27)
Contingencial	1.106	977	13,20
3. Fundos não Previdenciais	768	618	24,27
Fundos Administrativos	622	491	26,68
Fundos de Investimentos	146	127	14,96
4. Resultados à Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	137.530	134.419	2,31
Provisões Matemáticas	126.345	112.765	12,04
Superávit/Déficit Técnico	1.707	2.183	(21,80)
Fundos Previdenciais	9.478	19.471	(51,32)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	45.846	46.191	(0,75)
Disponível	5	0	100,00
Recebível	80	67	19,40
Investimento	45.761	46.124	(0,79)
Títulos Públicos	12.515	12.192	2,65
Créditos Privados e Depósitos	20.023	18.329	9,24
Ações	192	249	(22,89)
Fundos de Investimento	12.478	14.940	(16,48)
Empréstimos	537	398	34,92
Outros Realizáveis	16	16	0,00
2. Obrigações	359	344	4,36
Operacional	359	344	4,36
3. Fundos não Previdenciais	80	77	3,90
Fundos Administrativos	80	67	19,40
Fundos de Investimentos	0	10	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	45.407	45.770	(0,79)
Provisões Matemáticas	46.414	44.670	3,90
Superávit/Déficit Técnico	(5.020)	(2.704)	85,65
Fundos Previdenciais	4.013	3.804	5,49

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	180.305	177.092	1,81
Disponível	3	1	200,00
Recebível	931	817	13,95
Investimento	179.371	176.274	1,76
Títulos Públicos	59.441	44.879	32,45
Créditos Privados e Depósitos	67.893	67.470	0,63
Ações	706	921	(23,34)
Fundos de Investimento	43.365	55.148	(21,37)
Empréstimos	7.898	7.788	1,41
Outros Realizáveis	68	68	0
2. Obrigações	1.144	819	39,68
Operacional	1.141	816	39,83
Contingencial	3	3	0
3. Fundos não Previdenciais	781	591	32,15
Fundos Administrativos	709	542	30,81
Fundos de Investimentos	72	49	46,94
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	178.380	175.682	1,54
Provisões Matemáticas	173.641	169.952	2,17
Superávit/Déficit Técnico	(7.048)	(4.468)	57,74
Fundos Previdenciais	11.787	10.198	15,58

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.060.066-65 – PLANO DE BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	46.490	43.281	7,41
Disponível	2	0	100,00
Recebível	2.829	2.217	27,60
Investimento	43.659	41.064	6,32
Títulos Públicos	20.496	10.836	89,15
Créditos Privados e Depósitos	9.039	16.290	(44,51)
Ações	171	222	(22,97)
Fundos de Investimento	13.417	13.293	0,93
Empréstimos	516	401	28,68
Outros Realizáveis	20	22	(9,09)
2. Obrigações	613	734	(16,49)
Operacional	414	532	(22,18)
Contingencial	199	202	(1,49)
3. Fundos não Previdenciais	1.937	1.457	32,94
Fundos Administrativos	1.930	1.452	32,92
Fundos de Investimentos	7	5	40,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	43.940	41.090	6,94
Provisões Matemáticas	47.190	40.722	15,88
Superávit/Déficit Técnico	(8.368)	(4.877)	71,58
Fundos Previdenciais	5.118	5.245	(2,42)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado			
a.1) Superávit Técnico Acumulado			
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
b) Ajuste de Precificação			
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)			

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	R\$ mil Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	72.295	77.846	(7,13)
	1. Adições	6.893	282	2.344,33
(+)	Contribuições	210	281	(25,27)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.683	0	100,00
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	1	(100,00)
	2. Destinações	(5.805)	(5.833)	(0,48)
(-)	Benefícios	(5.596)	(5.431)	3,04
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(168)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(209)	(234)	(10,68)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.088	(5.551)	(119,60)
(+/-)	Provisões Matemáticas	661	1.151	(42,57)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(426)	(676)	(36,98)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	853	(6.026)	(114,16)
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	73.383	72.295	1,50
	C) Fundos não previdenciais	205	171	19,88
(+)	Fundos Administrativos	204	171	19,30
(+)	Fundos dos Investimentos	1	0	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	R\$ mil Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	127.545	147.589	(13,58)
	1. Adições	16.098	5.609	187,00
(+)	Contribuições	4.476	5.000	(10,48)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.622	590	1.869,83
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	19	(100,00)
	2. Destinações	(15.691)	(25.653)	(38,83)
(-)	Benefícios	(15.008)	(25.022)	(40,02)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1)	0	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(682)	(631)	8,08
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	407	(20.044)	(102,03)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.279	(13.377)	(109,56)
(+/-)	Fundos Previdenciais	948	(2.197)	(143,15)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.820)	(4.470)	(59,28)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	127.952	127.545	0,32
	C) Fundos não previdenciais	816	606	34,65
(+)	Fundos Administrativos	730	544	34,19
(+)	Fundos dos Investimentos	86	62	38,71

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	143.075	153.303	(6,67)
	1. Adições	9.381	452	1.975,44
(+)	Contribuições	170	274	(37,96)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.211	178	5.074,72
	2. Destinações	(5.401)	(10.680)	(49,43)
(-)	Benefícios	(5.259)	(10.413)	(49,50)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1)	0,00
(-)	Custeio Administrativo	(142)	(266)	(46,62)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.980	(10.228)	(138,91)
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.653	2.985	(11,12)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.805	1.858	(2,85)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(478)	(15.071)	(96,83)
	4. Operações Transitórias	(147.055)	0	100,00
(+/-)	Operações Transitórias	(147.055)	0	100,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	0	143.075	(100,00)
	C) Fundos não previdenciais	0	144	(100,00)
(+/-)	Fundos Administrativos	0	139	(100,00)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	0	5	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	70.599	75.719	(6,76)
	1. Adições	4.453	251	1.674,10
(+)	Contribuições	108	205	(47,32)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.345	46	9.345,65
	2. Destinações	(2.774)	(5.371)	(48,35)
(-)	Benefícios	(2.659)	(5.153)	(48,40)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(7)	(15)	(53,33)
(-)	Custeio Administrativo	(108)	(203)	(46,80)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.679	(5.120)	(132,79)
(+/-)	Provisões Matemáticas	750	(245)	(406,12)
(+/-)	Fundos Previdenciais	610	772	(20,98)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	319	(5.647)	(105,65)
	4. Operações Transitórias	(72.278)	0	0
(+/-)	Operações Transitórias	(72.278)	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	0	70.599	(100,00)
	C) Fundos não previdenciais	0	153	(100,00)
(+)	Fundos Administrativos	0	148	(100,00)
(+)	Fundos dos Investimentos	0	5	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	134.419	144.763	(7,15)
	1. Adições	17.705	5.817	204,37
(+)	Contribuições	4.419	5.129	(13,84)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	13.286	688	1.831,10
	2. Destinações	(14.594)	(16.161)	(9,70)
(-)	Benefícios	(13.983)	(15.562)	(10,15)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(129)	(107)	20,56
(-)	Custeio Administrativo	(482)	(492)	(2,03)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.111	(10.344)	(130,08)
(+/-)	Provisões Matemáticas	13.579	(7.533)	(280,26)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(9.992)	10.974	(191,05)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(476)	(13.785)	(96,55)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	137.530	134.419	2,31
	C) Fundos não previdenciais	768	618	24,27
(+)	Fundos Administrativos	622	491	26,68
(+)	Fundos dos Investimentos	146	127	14,96

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	45.770	49.048	(6,68)
	1. Adições	4.234	1.127	275,69
(+)	Contribuições	111	329	(66,26)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.123	798	416,67
	2. Destinações	(4.596)	(4.405)	4,34
(-)	Benefícios	(4.487)	(4.290)	4,59
(-)	Custeio Administrativo	(109)	(115)	(5,22)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(362)	(3.278)	(88,96)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.743	1.502	16,05
(+/-)	Fundos Previdenciais	209	(505)	(141,39)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.314)	(4.275)	(45,87)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	45.408	45.770	(0,79)
	C) Fundos não previdenciais	80	77	3,90
(+)	Fundos Administrativos	80	67	19,40
(+)	Fundos dos Investimentos	0	10	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	175.682	184.200	(4,62)
	1. Adições	19.319	7.238	166,91
(+)	Contribuições	3.451	3.919	(11,94)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.868	3.319	378,10
	2. Destinações	(16.621)	(15.756)	5,49
(-)	Benefícios	(15.993)	(15.170)	5,43
(-)	Custeio Administrativo	(628)	(586)	7,17
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.698	(8.518)	(131,67)
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.690	2.274	62,27
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.589	(6.324)	(125,13)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.581)	(4.468)	(42,23)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	178.380	175.682	1,54
	C) Fundos não previdenciais	781	591	32,15
(+)	Fundos Administrativos	709	542	30,81
(+)	Fundos dos Investimentos	72	49	46,94

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.060.066-65 - PLANO DE BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	41.090	42.396	(3,08)
	1. Adições	9.743	6.831	42,63
(+)	Contribuições	6.952	6.831	1,77
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.788	0,00	100,00
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	3	0	100,00
	2. Destinações	(6.893)	(8.137)	(15,29)
(-)	Benefícios	(5.165)	(5.110)	1,08
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.430)	(100,00)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(12)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(1.728)	(1.585)	9,02
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.850	(1.306)	(318,22)
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.467	4.368	48,05
(+/-)	Fundos Previdenciais	(127)	(303)	(58,09)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.490)	(5.371)	(35,02)
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	43.940	41.090	6,94
	C) Fundos não previdenciais	1.936	1.457	32,88
(+)	Fundos Administrativos	1.930	1.452	32,92
(+)	Fundos dos Investimentos	6	5	20,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	814.294	878.304	(7,29)
	1. Adições	91.518	29.385	211
(+)	Contribuições Previdenciais	15.810	17.856	(11,46)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	67.927	4.020	1.589,73
(+)	Receitas Administrativas	7.493	7.436	0,77
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	224	4	5.500,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	64	69	(7,25)
	2. Destinações	(75.283)	(93.395)	(19,39)
(-)	Benefícios	(68.152)	(86.152)	(20,89)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(134)	(115)	16,52
(-)	Despesas Administrativas	(6.996)	(7.121)	(1,76)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(1)	(7)	(85,71)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	16.235	(64.010)	(125,36)
(+/-)	Provisões Matemáticas	30.823	(8.876)	(447,26)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(9.987)	(59.113)	(83,11)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(5.385)	3.598	(249,67)
(+/-)	Fundos Administrativos	720	312	130,77
(+/-)	Fundos dos Investimentos	64	69	(7,25)
	4. Operações Transitórias	(219.350)	0	0,00
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	611.179	814.294	(24,94)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.554	3.242	9,62
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.716	7.441	3,70
1.1. Receitas	7.716	7.441	3,70
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.086	4.200	(2,71)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.048	3.154	(3,36)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	31	32	(3,13)
Resultado Positivo dos Investimentos	224	4	5.500,00
Outras Receitas	327	51	541,18
2. Despesas Administrativas	(6.996)	(7.129)	(1,87)
2.1. Administração Previdencial	(3.383)	(3.750)	(9,79)
Pessoal e encargos	(2.074)	(2.360)	(12,12)
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	(15)	(60,00)
Viagens e estadias	(56)	(48)	16,67
Serviços de terceiros	(613)	(623)	(1,61)
Despesas gerais	(582)	(633)	(8,06)
Depreciações e amortizações	(51)	(66)	(22,73)
Contingências	(1)	(4)	(75,00)
Outras Despesas	0	(1)	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	(3.303)	(3.293)	0,30
Pessoal e encargos	(1.566)	(1.780)	(12,02)
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	(12)	(58,33)
Viagens e estadias	(42)	(38)	10,53
Serviços de terceiros	(725)	(670)	8,21
Despesas gerais	(926)	(740)	25,14
Depreciações e amortizações	(39)	(50)	(22,00)
Contingências	0	(3)	(100,00)
2.3. Administração Assistencial	0	0	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	(86)	(100,00)
2.5. Outras Despesas	(310)	0	100,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	720	312	130,77
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	720	312	130,77
6. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	4.274	3.554	20,26

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	73.989	72.862	1,55
1. Provisões Matemáticas	70.724	70.062	0,94
1.1. Benefícios Concedidos	57.695	53.967	6,91
Benefício Definido	57.695	53.967	6,91
1.2. Benefício a Conceder	13.029	16.095	(19,05)
Benefício Definido	13.029	16.095	(19,05)
2. Equilíbrio Técnico	(3.813)	(4.666)	(18,28)
2.1. Resultados Realizados	(3.813)	(4.666)	(18,28)
(-) Déficit técnico acumulado	(3.813)	(4.666)	(18,28)
3. Fundos	6.473	6.899	(6,17)
3.1. Fundos Previdenciais	6.472	6.899	(6,19)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100,00
4. Exigível Operacional	605	567	6,70
4.1. Gestão Previdencial	593	552	7,43
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	12	15	(20,00)
5. Exigível Contingencial	0	0	0

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	128.807	128.352	0,35
-			
1. Provisões Matemáticas	127.654	126.375	1,01
-			
1.1. Benefícios Concedidos	61.797	52.941	16,73
Contribuição Definida	15.145	13.450	12,60
Benefício Definido	46.652	39.491	18,13
1.2. Benefício a Conceder	65.857	73.434	(10,32)
Contribuição Definida	65.857	73.434	(10,32)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.264	4.494	(5,12)
Saldo de Contas - parcela participantes	61.593	68.940	(10,66)
2. Equilíbrio Técnico	(6.290)	(4.470)	40,72
2.1. Resultados Realizados	(6.290)	(4.470)	40,72
(-) Déficit técnico acumulado	(6.290)	(4.470)	40,72
3. Fundos	6.675	5.702	17,06
3.1. Fundos Previdenciais	6.589	5.640	16,83
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	86	62	38,71
4. Exigível Operacional	759	737	2,99
4.1. Gestão Previdencial	715	692	3,32
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	44	45	(2,22)
5. Exigível Contingencial	9	8	12,50
5.1. Gestão Previdencial	9	8	12,50

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	-	143.293	(100,00)
-			
1. Provisões Matemáticas	0	103.553	(100,00)
-			
1.1. Benefícios Concedidos	0	103.553	(100,00)
Benefício Definido	0	103.553	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	0	14.071	(100,00)
-			
2.1. Resultados Realizados	0	14.071	(100,00)
Superávit técnico acumulado	0	14.071	(100,00)
Reserva de contingência	0	14.071	(100,00)
3. Fundos	0	25.457	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	0	25.451	(100,00)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	6	(100,00)
4. Exigível Operacional	0	211	(100,00)
4.1. Gestão Previdencial	0	189	(100,00)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	22	(100,00)
5. Exigível Contingencial	0	1	(100,00)
5.1. Gestão Previdencial	0	1	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	-	70.864	(100,00)
-			
1. Provisões Matemáticas	0	52.990	(100,00)
-			
1.1. Benefícios Concedidos	0	50.556	(100,00)
Benefício Definido	0	50.556	(100,00)
1.2. Benefício a Conceder	0	2.434	(100,00)
Benefício Definido	0	2.434	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	0	9.016	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	0	9.016	(100,00)
Superávit técnico acumulado	0	9.016	(100,00)
Reserva de contingência	0	9.016	(100,00)
3. Fundos	0	8.598	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	0	8.593	(100,00)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	5	(100,00)
4. Exigível Operacional	0	125	(100,00)
4.1. Gestão Previdencial	0	110	(100,00)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	15	(100,00)
5. Exigível Contingencial	0	135	(100,00)
5.1. Gestão Previdencial	0	135	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	138.849	135.696	2,32
1. Provisões Matemáticas	126.345	112.765	12,04
1.1. Benefícios Concedidos	25.600	20.867	22,68
Contribuição Definida	15.155	12.136	24,88
Benefício Definido	10.445	8.731	19,63
1.2. Benefício a Conceder	100.745	91.898	9,63
Contribuição Definida	100.745	91.898	9,63
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	5.818	5.586	4,15
Saldo de contas - parcela participantes	94.927	86.312	9,98
2. Equilíbrio Técnico	1.706	2.183	(21,85)
2.1. Resultados Realizados	1.706	2.183	(21,85)
Superávit técnico acumulado	1.706	2.183	(21,85)
Reserva de contingência	1.706	2.183	(21,85)
3. Fundos	9.625	19.598	(50,89)
3.1. Fundos Previdenciais	9.479	19.471	(51,32)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	146	127	14,96
4. Exigível Operacional	67	173	(61,27)
4.1. Gestão Previdencial	33	133	(75,19)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	34	40	(15,00)
5. Exigível Contingencial	1.106	977	13,20
5.1. Gestão Previdencial	1.106	977	13,20

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	45.766	46.124	(0,78)
-			
1. Provisões Matemáticas	46.414	44.671	3,90
-			
1.1. Benefícios Concedidos	44.833	43.372	3,37
Benefício Definido	44.833	43.372	3,37
1.2. Benefício a Conceder	1.581	1.299	21,71
Benefício Definido	1.581	1.299	21,71
2. Equilíbrio Técnico	(5.020)	(2.705)	85,58
2.1. Resultados Realizados	(5.020)	(2.705)	85,58
(-) Déficit técnico acumulado	(5.020)	(2.705)	85,58
3. Fundos	4.013	3.814	5,22
3.1. Fundos Previdenciais	4.013	3.804	5,49
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	10	(100,00)
4. Exigível Operacional	359	344	4,36
4.1. Gestão Previdencial	351	336	4,46
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	8	0

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	179.596	176.550	1,73
-			
1. Provisões Matemáticas	173.642	169.952	2,17
-			
1.1. Benefícios Concedidos	126.087	114.641	9,98
Contribuição Definida	53.067	7.919	570,12
Benefício Definido	73.020	106.722	(31,58)
1.2. Benefício a Conceder	47.555	55.311	(14,02)
Contribuição Definida	47.555	55.311	(14,02)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	3.023	3.157	(4,24)
Saldo de Contas - parcela participantes	44.532	52.154	(14,61)
2. Equilíbrio Técnico	(7.048)	(4.468)	57,74
2.1. Resultados Realizados	(7.048)	(4.468)	57,74
(-) Déficit técnico acumulado	(7.048)	(4.468)	57,74
3. Fundos	11.859	10.247	15,73
3.1. Fundos Previdenciais	11.787	10.198	15,58
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	72	49	46,94
4. Exigível Operacional	1.141	817	39,66
4.1. Gestão Previdencial	1.098	762	44,09
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	43	55	(21,82)
5. Exigível Contingencial	2	2	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2	2	0,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 20.060.066-65 – PLANO DE BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	44.559	41.828	6,53
-			
1. Provisões Matemáticas	47.190	40.722	15,88
-			
1.1. Benefícios Concedidos	47.190	40.722	15,88
Benefício Definido	47.190	40.722	15,88
2. Equilíbrio Técnico	(8.368)	(4.877)	71,58
2.1. Resultados Realizados	(8.368)	(4.877)	71,58
(-) Déficit técnico acumulado	(8.368)	(4.877)	71,58
3. Fundos	5.124	5.249	(2,38)
3.1. Fundos Previdenciais	5.118	5.244	(2,40)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6	5	20,00
4. Exigível Operacional	414	532	(22,18)
4.1. Gestão Previdencial	310	422	(26,54)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	104	110	(5,45)
5. Exigível Contingencial	199	202	(1,49)
5.1. Gestão Previdencial	199	202	(1,49)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Características e Finalidades

A **REDEPREV** - Fundação Rede de Previdência (“Fundação” ou “REDEPREV”) é uma sociedade jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em 02 de Fevereiro de 2004, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 Fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - **FUNGRAPA** ; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - **PREVIMAT** ; Fundação Rede de Seguridade - **FUNREDE**; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;
- Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. – CEMAT;
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL;
- Empresa Elétrica Bragantina S.A.;
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;
- Companhia Nacional de Energia Elétrica;
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;
- Companhia Força e Luz do Oeste;
- CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;
- Companhia Técnica de Comercialização de Energia;
- Rede Power do Brasil S.A.;
- Tocantins Energética S.A.;
- Rede Energia S/A;
- DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;
- BBPM Participações S.A.
- REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados e dirigentes das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dos seus recursos garantidores em investimentos. É regido pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A REDEPREV administra atualmente 6 (seis) planos de benefícios previdenciais sendo 3 (três) planos estruturados na modalidade de Benefício Definido e 3 (três) planos de Contribuição Variável, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido anualmente pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A REDEPREV possuía em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2014	31/12/2013
ELÉTRICAS BDI	356	362
Ativos	12	16
Assistidos	221	227
Beneficiários (Pensionistas)	121	115
Autopatrocinados	2	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	1
ELÉTRICAS OP	2.609	2.605
Ativos	2.516	2.522
Assistidos	68	57
Beneficiários (Pensionistas)	2	1
Autopatrocinados	5	10
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	18	15
CELPA BDI	0	298
Ativos	0	0
Assistidos	0	257
Beneficiários (Pensionistas)	0	41
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA BDII	0	314
Ativos	0	10
Assistidos	0	169
Beneficiários (Pensionistas)	0	135
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA OP	1.742	1.800
Ativos	1.642	1.708
Assistidos	75	64
Beneficiários (Pensionistas)	2	1
Autopatrocinados	3	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	20	24
CEMAT BDI	148	144
Ativos	3	3
Assistidos	90	91
Beneficiários (Pensionistas)	55	50
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CEMAT OP	2.221	2.269
Ativos	1.857	1.927
Assistidos	298	285
Beneficiários (Pensionistas)	48	42

Autopatrocínados	10	9
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	8	6
TOTAL DE PARTICIPANTES	7.076	7.792

A inscrição nos Planos OPTATIVOS (OP's) ocorre de forma indissociável ao Plano de RISCO, consequentemente, todos os participantes inscritos nos respectivos planos OP's, ficam automaticamente cobertos pelos benefícios de RISCO.

PLANO DE RISCO	6.183	6.504
Ativos	6.039	6.363
Assistidos	73	72
Beneficiários (Pensionistas)	53	44
Autopatrocínados	18	25

1.1 Transferência do controle societário Grupo Rede para Energisa (Patrocinadoras da Redeprev)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou em 31 de agosto de 2012, intervenção em oito das nove distribuidoras de energia elétrica, patrocinadoras da Redeprev: Centrais Elétricas Mato-grossenses - Cemat, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul, Companhia Força e Luz do Oeste, Caiuá Distribuição de Energia S/A., Empresa Elétrica Bragantina S/A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S/A. e Companhia Nacional de Energia Elétrica. O Grupo Energisa assumiu, em 11 de abril de 2014, o controle das oito distribuidoras do Grupo Rede que estavam, desde setembro de 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A transferência do controle e aprovação de um plano de recuperação das concessionárias eram condições para encerramento da intervenção pela agência reguladora.

1.2 Informações sobre Recuperação Judicial da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”), uma das patrocinadoras da Fundação, teve o processo de Recuperação Judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012. A REDEPREV, protocolou em 23 de março de 2012, o processo de reconhecimento dos créditos devido pela Patrocinadora CELPA, referente às contribuições e aluguéis do mês de competência de fevereiro de 2012, onde a REDEPREV é credora em R\$ 475, este saldo foi totalmente provisionado no exercício de 2012.

No processo de recuperação judicial, foi acordado com a CELPA, que a quitação deste débito foi parcelado em 60 parcelas. Durante o exercício de 2014, a Fundação vem estornando a provisão anteriormente efetuada, a medida do recebimento das parcelas. O saldo desta dívida é de R\$ 183.

1.3 Informações sobre transferência de gestão dos planos CELPA

a) Plano CELPA BD-I e CELPA BD-II

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 30 de setembro de 2013.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 27 de janeiro de 2014. A efetiva transferência de gerenciamento dos referidos planos ocorreu em 01 de julho de 2014.

b) Plano CELPA OP e parte cindida do Plano de Risco

A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP (CNPB 2000.0004-11) e da parte do Plano de Risco (CNPB 2006.0066-65), administrados pela

REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014.

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano CELPA OP e a cisão/transferência do Plano de RISCO, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 02 de setembro 2014.

Através do Ofício 3046/CGTR/DITEC/PREVIC de 26/09/2014 – Plano Celpa-OP e Ofício 3232/CGTR/DITEC/PREVIC de 15/10/2014 – Plano-R, a PREVIC solicitou algumas exigências para dar continuidade na análise do processo de cisão e transferência dos planos. A REDEPREV protocolou junto à PREVIC em 19/12/2014 Plano-R e em 22/12/2014 Plano Celpa-OP novos processos em atendimento as exigências apontadas.

1.4 Destinação da Reserva de Revisão do Plano

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a destinação da reserva especial para revisão do plano CELPA OP. O valor atribuído aos participantes ativos será creditado no “Fundo F”, criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais, para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal, ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade; enquanto os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Mensal Vitalícia ou Financeira receberam os valores individuais em 04 (quatro) prestações mensais e sucessivas, pagas em fevereiro, março, abril e maio de 2014, atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA está mantida no Plano e contabilizada em conta específica sob regime de quotas patrimoniais, com o objetivo de abater as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

1.5 Alterações na estrutura da gestão dos investimentos

Em 12 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, alteração da segregação dos investimentos da Fundação, para o segmentos de renda fixa e renda variável, passando de segregação virtual (unifundo) para segregação real (multifundo), sendo implantada em janeiro de 2014.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da REDEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões Previdencial, Assistencial, Administrativa e dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Em decorrência da aprovação da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, que dispôs sobre os procedimentos contábeis das EFPCs, a Fundação passou a apresentar em suas demonstrações contábeis a “Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios”, substituindo a “Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano”.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor das EFPC's observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

3.1) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos dos planos de benefícios, segregados por plano, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I. Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e

Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Fundação, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Fundação possui capacidade financeira e a intenção é manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

A avaliação dos títulos de renda variável, considera a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

II. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas, a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

III. Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes e assistidos oriundos de empréstimos financeiros concedidos pela Fundação.

A Fundação não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas prováveis em 2013 na realização das “Operações com Participantes (valores à receber)”, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.5) Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Maquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores – Refrigeradores de Ar	25%

3.6) Intangível

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a REDEPREV observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.7) Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.8) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.9) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial dos planos.

3.10) Patrimônio Social – Provisões Matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Fundação, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras. E os benefícios a conceder, representam o montante dos saldos de contas individuais nos planos de contribuição variável e saldo de conta coletiva para os planos de benefício definido.

3.11) Apurações de Resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência. Os valores das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuarias.

3.12) Receitas Administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Fundação são transferidas dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

3.13) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdências.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para custear as despesas com a gestão administrativa nos exercícios de 2014 e de 2013, as Patrocinadoras fizeram uma contribuição mensal equivalente a 1,50% (1,40% em 2013) sobre a suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas comuns foram apropriadas de acordo com as atividades de previdência e de investimentos. Realizado o rateio de acordo com as tarefas desempenhadas pelo quadro de colaboradores, foram registradas 57% para gestão previdencial e 43% para administração dos investimentos. As despesas vinculadas diretamente à gestão previdencial e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, a REDEPREV utiliza o critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos dos Planos de Benefícios.

A Fundação também constitui fundo administrativo próprio, com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa, obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4 – REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdenciais dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato e depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.735	1.761
1. Recursos a Receber	1.571	1.724
1.1 Contribuições do Mês	1.232	1.374
1.2 Contribuições em Atraso	0	7
1.3 Contribuições Sobre 13.º Salário	339	343
2. Depósitos Judiciais	164	17
3. Outros Realizáveis	0	20

4.1 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições Previdências

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 178 em 31 de dezembro de 2012, no decorrer do ano de 2014, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 87 em 31 de dezembro de 2014. O valor descrito acima, se refere às contribuições previdências patronais do Plano de Benefícios de Risco e Plano CELPA-OP, referente ao mês de fevereiro de 2012, devido à recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

5 - REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO ADMINISTRATIVA	467	481
1. Contas a Receber	323	345
1.1 Contribuições para Custeio	323	345
2. Adiantamentos	17	14
3. Depósitos Judiciais	112	104
4. Outros Realizáveis	15	18

5.1 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições para Custeio

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 83 em 31 de dezembro de 2012, no decorrer do ano de 2014, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 41 em 31 de dezembro de 2014. O valor descrito acima, se refere à contribuição para custeio administrativo, referente ao mês de fevereiro de 2012, devido à recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

6 - REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Fundação: renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes.

A PREDEPREV alterou a segregação dos investimentos da Fundação, para os segmentos de renda fixa e renda variável, passando de segregação virtual (unifundo) para segregação real (multifundo), sendo implantada em janeiro de 2014. A segregação real é caracterizada por uma gestão individualizada dos recursos por plano.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2014, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
INVESTIMENTOS	612.133	815.698
1.1. Títulos Públicos Federais	172.452	197.356
Notas do Tesouro Nacional	172.452	197.356
1.2. Créditos Privados e Depósitos	214.421	296.702
1.2.1 Instituições Financeiras	179.326	231.510
CDB Bic Banco	1.653	16.287
CDB Sofisa	12.985	15.660
CDB Parana	1.652	0
DPGE Sofisa	15.176	13.469
DPGE Modal	9.509	16.944
DPGE Schahin	0	7.407

DPGE Mercantil	21.568	19.009
DPGE BMG	16.775	14.866
DPGE Dacasa	0	6.166
DPGE Tricury	13.760	12.053
DPGE Arbi	2.053	7.887
DPGE Caruana	12.807	11.478
DPGE Banif	0	5.513
DPGE NBCB	7.334	6.497
DPGE Bco.Bonsucesso	11.686	15.150
DPGE Bco.Santinvest	10.871	9.595
DPGE Bco.Omni	0	2.098
LFS Itau	5.385	6.350
LFS ABC	11.038	13.755
LFS BNP Paribas	8.199	10.495
LFS Bradesco	8.186	10.497
LFS Safra	8.689	10.334
1.2.2 Companhias Abertas	35.095	52.669
Debêntures Cemig	8.808	29.759
Debêntures TAEE	7.706	0
Debêntures Bradespar	8.537	10.457
Debêntures Duke Energy	10.044	12.453
1.2.3 Patrocinadora	0	12.523
Debêntures Rede Energia (item 6.2)	0	12.523
1.3 Ações	2.321	4.580
1.3.1 Patrocinadora	2.321	4.580
Rede Energia	2.321	4.580
1.4 Fundos de Investimento	174.277	258.686
1.4.1 Referenciado	36.444	35.355
Bradesco	36.444	35.355
1.4.2 Renda Fixa	23.710	26.020
Bradesco	3.090	5.356
Mellon	3.315	4.062
BTG Pactual	4.594	5.905
VINCI	4.005	0
BNP Paribas	8.706	10.697
1.4.3 Ações	43.754	140.054
Bradesco	6.684	9.869
Mellon	25.069	111.660
Pactual	7.453	12.652
CEF	4.548	5.873
1.4.4 Multimercado	68.197	49.757
Itau	49.639	35.420

Mellon	7.063	8.537
Bradesco	11.495	5.800
1.4.5 Direitos Creditórios	2.172	7.500
Ceee	566	2.658
Fornec. Petrobrás	1.606	4.842
2. Investimentos Imobiliários	21.920	28.398
2.1. Imóveis em Construção	87	87
2.2. Alugueis e Renda	21.833	28.311
3. Operações com Participantes	26.528	29.681
3.1. Empréstimos	26.528	29.681
4. Outros Realizáveis	214	295

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação refere-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade em mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de Dezembro de 2014, os títulos mantidos até o vencimento são:

	31/12/2014		31/12/2013	
DESCRIÇÃO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA
Títulos Públicos Federais	161.648	172.452	115.864	118.293
NTN	161.648	172.452	115.864	118.293
Créditos Privados e Depósitos	3.000	3.305	0	0
CDB Bic Banco	1.500	1.653	0	0
CDB Parana	1.500	1.652	0	0

Títulos para Negociação

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria “Títulos para Negociação” e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme as Resoluções nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
DESCRIÇÃO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Títulos Públicos Federais	0	0	49.048	79.063
NTN	0	0	49.048	79.063
Créditos Privados e Depósitos	163.131	211.116	285.523	296.702
CDB Sofisa	10.988	12.985	15.000	15.660
DPGE Sofisa	9.040	15.176	9.040	13.469

DPGE Modal	5.000	9.509	10.000	16.944
DPGE Schahin	0	0	5.000	7.407
DPGE Mercantil	13.099	21.568	13.099	19.009
DPGE BMG	11.000	16.775	11.000	14.866
DPGE Dacasa	0	0	5.000	6.166
DPGE Tricury	10.000	13.760	10.000	12.053
DPGE Arbi	1.500	2.053	6.500	7.887
DPGE Caruana	10.000	12.807	10.000	11.478
DPGE Banif	0	0	5.000	5.513
DPGE NBCB	6.000	7.334	6.000	6.497
DPGE Bonsucesso	9.600	11.686	14.000	15.150
DPGE Bco.Santinvest	9.000	10.871	9.000	9.595
DPGE Omni	0	0	2.000	2.098
LFS Itau	4.000	5.385	5.000	6.350
LFS ABC	9.300	11.038	13.000	13.755
LFS BNP Paribas	7.000	8.199	10.000	10.495
LFS Bradesco	7.000	8.186	10.000	10.497
LFS Safra	7.500	8.689	10.000	10.334
Debêntures Cemig	8.879	8.808	23.826	29.759
Debêntures Bradespar	7.330	8.537	10.000	10.457
Debêntures TAEE	7.330	7.706	0	0
Debêntures Duke Energy	9.565	10.044	13.058	12.453
Debêntures Rede Energia	0	0	45.000	12.523
	163.131	211.116	334.571	375.765

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

- Exercício de 2014

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	172.452	172.452
Notas do Tesouro Nacional	0	172.452	172.452
1.2. Créditos Privados e Depósitos	72.654	151.362	224.016
1.2.1 Instituições Financeiras	64.117	124.804	188.921
CDB Bic Banco	1.653	0	1.653

CDB Sofisa	0	12.985	12.985
CDB Parana	1.652	0	1.652
DPGE Sofisa	0	15.176	15.176
DPGE Modal	9.509	0	9.509
DPGE Santinvest	0	9.595	9.595
DPGE Mercantil	0	21.568	21.568
DPGE BMG	0	16.775	16.775
DPGE Tricury	0	13.760	13.760
DPGE Arbi	0	2.053	2.053
DPGE Caruana	0	12.807	12.807
DPGE NBCB	7.334	0	7.334
DPGE Bco.Bonsucesso	11.686	0	11.686
DPGE Bco.Santinvest	4.860	6.011	10.871
LFS Itau	0	5.385	5.385
LFS ABC	11.038	0	11.038
LFS BNP Paribas	8.199	0	8.199
LFS Bradesco	8.186	0	8.186
LFS Safra	0	8.689	8.689
1.2.2 Companhias Abertas	8.537	26.558	35.095
Debêntures Cemig	0	8.808	8.808
Debêntures TAEF	0	7.706	7.706
Debêntures Bradespar	8.537	0	8.537
Debêntures Duke Energy	0	10.044	10.044
1.3 Ações	2.321	0	2.321
1.3.1 Patrocinadora	2.321	0	2.321
Rede Energia	2.321	0	2.321
1.4 Fundos de Investimento	165.570	0	165.570
1.4.1 Referenciado	36.444	0	36.444
Bradesco	36.444	0	36.444
1.4.2 Renda Fixa	15.004	0	15.004
Bradesco	3.090	0	3.090
Mellon	3.315	0	3.315
BTG Pactual	4.594	0	4.594
BNP Paribas	4.005	0	4.005
1.4.3 Ações	43.754	0	43.754
Bradesco	6.684	0	6.684
Pactual	7.453	0	7.453
Mellon	25.069	0	25.069
CEF	4.548	0	4.548
1.4.4 Multimercado	68.196	0	68.196
Itau	49.639	0	49.639
Bradesco	11.495	0	11.495

Mellon	7.062	0	7.062
1.4.5 Direitos Creditórios	2.172	0	2.172
Ceee	566	0	566
Fornec.Petrobrás	1.606	0	1.606

- Exercício de 2013

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	197.356	197.356
Notas do Tesouro Nacional	0	197.356	197.356
1.2. Créditos Privados e Depósitos	34.812	261.890	296.702
1.2.1 Instituições Financeiras	16.287	215.223	231.510
CDB Bic Banco	16.287	0	16.287
CDB Sofisa	0	15.660	15.660
DPGE Omni	0	2.098	2.098
DPGE Sofisa	0	13.469	13.469
DPGE Modal	0	16.944	16.944
DPGE Santinvest	0	9.595	9.595
DPGE Schahin	0	7.407	7.407
DPGE Mercantil	0	19.009	19.009
DPGE BMG	0	14.866	14.866
DPGE Dacasa	0	6.166	6.166
DPGE Tricury	0	12.053	12.053
DPGE Arbi	0	7.887	7.887
DPGE Caruana	0	11.478	11.478
DPGE Banif	0	5.513	5.513
DPGE NBCB	0	6.497	6.497
DPGE Bco.Bonsucesso	0	15.150	15.150
LFS Itau	0	6.350	6.350
LFS ABC	0	13.755	13.755
LFS BNP Paribas	0	10.495	10.495
LFS Bradesco	0	10.497	10.497
LFS Safra	0	10.334	10.334
1.2.2 Companhias Abertas	18.525	34.144	52.669
Debêntures Cemig	18.525	11.234	29.759
Debêntures Bradespar	0	10.457	10.457
Debêntures Duke Energy	0	12.453	12.453
1.2.3 Patrocinadora	0	12.523	12.523
Debêntures Rede Energia	0	12.523	12.523
1.3 Ações	4.580	0	4.580
1.3.1 Patrocinadora	4.580	0	4.580

Rede Energia	4.580	0	4.580
1.4 Fundos de Investimento	258.686	0	258.686
1.4.1 Referenciado	35.355	0	35.355
Bradesco	35.355	0	35.355
1.4.2 Renda Fixa	26.020	0	26.020
Bradesco	5.356	0	5.356
Mellon	4.062	0	4.062
BTG Pactual	5.905	0	5.905
BNP Paríbas	10.697	0	10.697
1.4.3 Ações	140.054	0	140.054
Bradesco	9.869	0	9.869
Pactual	12.652	0	12.652
Mellon	111.660	0	111.660
CEF	5.873	0	5.873
1.4.4 Multimercado	49.757	0	49.757
Itau	35.420	0	35.420
Bradesco	5.800	0	5.800
Mellon	8.537	0	8.537
1.4.5 Direitos Creditórios	7.500	0	7.500
Ceee	2.658	0	2.658
Fornec.Petrobrás	4.842	0	4.842

6.1 - PROVISÕES PARA PERDAS

a) BANCO SANTOS S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos S/A. no valor R\$ 10.352 (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central.

Tendo o Banco Central do Brasil decretado a liquidação extrajudicial da instituição financeira, a REDEPREV, com base nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou, à época, como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos S/A, efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à REDEPREV no valor de R\$ 1.135, em 5 de janeiro de 2011, efetuou o pagamento do segundo rateio no valor de R\$ 2.044, e, em 14 de janeiro de 2013 efetuou o pagamento terceiro rateio no valor de R\$ 733 reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 9.107 em 31 de dezembro de 2013. Após a transferência de gerenciamento dos planos CELPA BDI e CELPA BDII, o valor registrado na rubrica Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.200.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos S/A., massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

b) BANCO BVA S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos, na data da intervenção no Banco BVA S/A., decretada pelo Banco Central, uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB no valor R\$ 11.002. A intervenção ocorreu em 19 de outubro de 2012 e a REDEPREV de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado do exercício corrente, o valor de R\$

10.932. Após a transferência de gerenciamento dos planos CELPA BDI e CELPA BDII, o valor registrado na rubrica Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 8.045.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 0012945-59) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco BVA, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

6.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Bragança Paulista – SP	6.364	5.245
Terreno	2.594	1.770
Edificações	3.770	3.475
São Paulo – SP Conjunto nº. 111	1.767	1.782
Terreno	1.100	1.100
Edificações	667	682
São Paulo – SP Conjunto nº. 112	1.767	1.782
Terreno	1.100	1.100
Edificações	667	682
São Paulo – SP Conjunto nº. 121	1.755	1.776
Terreno	840	840
Edificações	915	936
São Paulo – SP Conjunto nº. 122	1.755	1.776
Terreno	840	840
Edificações	915	936
Araguaína – TO	2.888	2.352
Terreno	1.442	1.390
Edificações	1.446	962
Belém – PA	5.417	13.380
Terreno	2.736	4.190
Edificações	2.681	9.190
Valores a Receber	120	218
Imóveis em Construção	87	87
TOTAL	21.920	28.398

b) Reavaliação de Imóveis

b.1) A reavaliação do imóvel situado na Rodovia Augusto Montenegro Km 8,5, Tapanã no Município de Belém – Pará, foi reavaliado em Maio de 2014, pela empresa Consult Consultoria, Engenharia e Avaliações LTDA.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Rod. Augusto Monte Negro, Km 8,5 Belém/PA	8.303	8.242	16.545
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			3.226

b.2) Os imóveis situados na Avenida Paulista, nº 2.439, São Paulo - SP, na Rua Teixeira, nº 467, Bragança Paulista - SP e Rua 25 de dezembro, nº 186, Araguaína – TO, foram reavaliados em Novembro de 2014, pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura e Construções Ltda – ME.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Rua 25 de Dezembro, 186 – Centro Araguaína/TO	1.442	1.448	2.890
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			557
Rua Teixeira, 467 – Jardim São José Bragança Paulista/SP	2.594	3.776	6.370
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			1.193

6.2.1 – Provisões para perdas – Alugueis

A Fundação constituiu no exercício, provisões para créditos de liquidação duvidosa no segmento de Imóveis para Renda, conforme segue abaixo:

- Imóveis Locados a Patrocinadora – constituído no valor de R\$ 214, devido a Recuperação Judicial da patrocinadora CELPA, no decorrer do ano de 2012, após a transferência dos planos CELPA BDI e CELPA BDII e dos recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, foi reduzido a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 55, em 31 de dezembro de 2014;
- Imóveis Locados a Terceiros – constituído no valor de R\$ 191, referente a valores devidos pelo Colégio Impacto S/C, após transferência dos planos CELPA BDI e CELPA BII, foi reduzido a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 63, em 31 de dezembro de 2014;

6.3 - Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

São registrados nesta conta os valores dos empréstimos concedidos com recursos dos planos de benefícios, aos seus participantes e assistidos, a saber: ativos, aposentados, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir desta modalidade de investimento os participantes e assistidos deverão atender as condições estabelecidas na Norma de Empréstimo aprovada pela Diretoria Executiva.

7 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Descrição	Taxa	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2014	31/12/2013
Imobilizado		2.106	(354)	1.752	1.514
Bens Móveis		426	(353)	73	109
Móveis e Utensílios	10%	154	(121)	33	46
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	41	(37)	4	6
Computadores e Periféricos	20%	186	(160)	26	43

Condicionador de Ar	25%	38	(35)	3	2
Outros		7	0	7	12
Bens Imóveis		1.680	(1)	1.679	1.405
Terrenos		1.042	0	1.042	1.200
Edificações		638	(1)	637	205
Intangível		343	(337)	6	53
Software	20%	343	(337)	6	53
PERMANENTE		2.449	(691)	1.758	1.567

A Fundação possui 1 (um) imóvel situado na Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64, Nazaré – Belém/PA, o qual foi adquirido com recursos do Fundo Administrativo e em novembro de 2014, o mesmo foi reavaliado pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura e Construções Ltda – ME.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Rua Dom Alberto Gaudêncio Ramos, 64 Nazaré – Belém/PA	1.042	638	1.798
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			282

8 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autopatrocinados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	3.101	3.194
1.1 Benefícios à Pagar	2.406	2.443
1.2 Retenções à Recolher	571	642
1.3 Recursos Antecipados	8	0
1.4 Outras Exigibilidades	116	109

9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

ITEM	31/12/2014	31/12/2013
GESTÃO ADMINISTRATIVA	390	565
1.1 Contas a Pagar	321	467
1.2 Retenções a Recolher	43	98
1.3 Tributos a Recolher	26	0

10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes de expurgos de índices de inflação, provocados por diversos planos econômicos editados pelo governo federal, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas, decorrentes desses processos, foi estimada e atualizada pela administração, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos externos, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 1.115, e, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 1.120.

A Fundação responde também por outros processos de revisão de benefícios, provisionados no valor de R\$ 202 em 31 de dezembro de 2014, e, totalizando em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 206.

Em referência aos processos de revisão de benefícios, contabilizamos o valor de R\$ 164, depositado judicialmente, posicionados em 31 de dezembro de 2014. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na Conta “1.2.1.5.00.00.00”, obedecendo a Instrução nº 5, de 08 de setembro de 2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

11 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Fundação responde por processo de ação anulatória de lançamentos de PIS e COFINS já recolhidos, no valor de R\$ 105 em 31 de dezembro de 2014, depositados judicialmente. A Fundação possui 1 (um) processo trabalhista, provisionando o valor de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2014, e, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 7, depositados judicialmente. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na Conta “1.2.2.4.00.00.00”, obedecendo a Instrução nº 5, de 08 de setembro de 2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

12 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base em Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuária S/S Ltda. – ETAA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
PROVISÕES MATEMÁTICAS	591.968	721.090
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	363.200	480.619
BENEFÍCIOS A CONCEDER	228.768	240.471
Contribuição Definida	214.157	220.643
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	14.611	19.828
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	14.611	19.828

- Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder- são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de participantes ativos e assistidos, que foi reavaliada no encerramento do exercício de 2014, com dados cadastrais de dezembro de 2014.

13 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
EQUILÍBRIO TÉCNICO – Superávit Técnico Acumulado	(28.832)	4.085
Reserva de Contingência	0	4.085
(-) Déficit Técnico Acumulado	(28.832)	0

O superávit/déficit de cada plano previdencial está apresentado no quadro a seguir, os valores estão posicionados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

PLANOS	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2014	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2013
ELETRICAS BDI	(3.813)	(4.666)
ELETRICAS OP	(6.290)	(4.470)
CELPA BDI	0	14.071
CELPA BDII	0	9.017
CELPA OP	1.707	2.183
CEMAT BDI	(5.020)	(2.705)
CEMAT OP	(7.048)	(4.468)
PL. RISCO	(8.368)	(4.877)
Consolidado	(28.832)	4.085

13.1 - Superávit Técnico Acumulado

O Superávit Técnico acumulado é composto pelo valor da Reserva de Contingência, constituída pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e pelo valor da Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios, no que exceder o limite de 25% da Reserva de Contingência.

13.2 - Déficit Técnico Acumulado

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BDI, Elétricas OP, Cemat BDI e Cemat OP e Plano de Risco são de grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável nos exercícios de 2013 e de 2014. A entidade está monitorando o valor do Déficit Técnico dos planos de benefícios Elétricas BDI, Elétricas OP, Cemat BDI e Cemat OP, tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio dos mesmos. Quanto ao Plano de Risco, a REDEPREV encaminhou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, juntamente com o processo de transferência de cisão parcial e transferência de gerenciamento do Plano de Risco o estudo atuarial para equacionamento do déficit técnico e estudo de viabilidade econômico-financeiro, tendo em vista que o resultado deficitário surgido em 2013 foi em razão da alteração da taxa real anual de juros de 5,75%a.a para 5,50%a.a e da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial.

14 - FUNDOS

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
FUNDOS	48.043	89.119
Fundos Previdenciais	43.456	85.300
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	11.952	9.239
Revisão de Plano	861	12.080
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	30.643	63.981
Fundo Administrativo	4.274	3.554
Fundo de Investimentos	313	265

14.1 - Fundos Previdenciais

Correspondem aos seguintes fundos:

- Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar - Conforme Artigo 64 dos Regulamentos dos Planos OP's, os saldos remanescentes nas contas do Fundo D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, será utilizado para a constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente, cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente, na forma definida pelo Conselho Deliberativo.
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco) – é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário.
- O valor existente nos fundos previdenciais dos planos Elétricas BD-I, Elétricas-OP e Cemat-OP que se encontram em déficit técnico conjuntural, é superior ao valor da insuficiência atuarial.

14.2 - Revisão de Plano

A parcela da reserva de revisão de plano atribuível à CELPA, foi constituída com o objetivo de abater as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

14.3 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos administrativos realizados no mercado financeiro.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2014, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,50% (1,40% em 2013) sobre suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

14.4 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autopatrocinados, oriundos com a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

15 - HIPÓTESES ATUARIAIS

15.1 – Elétricas BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%

Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Tábua Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**)- Ambos os Sexos.

15.2 – Elétricas OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

15.3 – CELPA BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros		5,5%
Projeção de crescimento real de salário		Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS		Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano		Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários		Não utilizada
- dos benefícios da Fundação		0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados		Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade		Não utilizada
Tábua de mortalidade geral		Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos		Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)
Tábua de entrada em invalidez		Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas		Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**)- Ambos os Sexos

15.4 – CELPA BDII

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros		5,5%
Projeção de crescimento real de salário		2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS		Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano		Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários		Não utilizada
- dos benefícios da Fundação		0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados		Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade		Não utilizada
Tábua de mortalidade geral		Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos		Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)
Tábua de entrada em invalidez		Tábua Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas		Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**)- Ambos os Sexos

15.5 – CELPA OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	4,5%	4,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade AT 2000 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade AT 2000 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 10% nas taxas anuais de mortalidade.

15.6 – CEMAT BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Tábua Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela	Dado fornecido pela

	Entidade	Entidade
--	----------	----------

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**)- Ambos os Sexos

15.7 – CEMAT OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

15.8 – Plano de Benefícios de Risco

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não utilizada
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não utilizada
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não utilizada
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de	Tábua Completa de

	Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não utilizada
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.

(**)- Ambos os Sexos

16 – ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

A Fundação não adotou as Resoluções MPS/CNPC Nº 15 e Nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a *duration* do passivo na Portaria nº 615, de 24/11/2014, que dispõe sobre os critérios para definição da taxa de juros parâmetro, para o exercício de 2014, observamos que de acordo com a avaliação atuarial e parecer atuarial a Taxa Real Anual de Juros utilizada de 5,5% está entre as taxas máxima e mínima permitidas, o que provavelmente não implicará na situação econômico e financeira dos planos de benefícios da RedePrev.

A Fundação contratou a empresa Risk Office, para desenvolver o estudo de aderência e adequação da taxa de juros adotada para os Planos de Benefícios. Conforme relatório de conclusão desta análise, ficou constatado que a *duration* da carteira de ativos é inferior ao prazo médio dos passivos dos Planos (conforme demonstrado no quadro abaixo), bem como, a carteira de investimentos de cada plano apresenta retorno superior à taxa de juros real de referência (5,50%) pelo prazo da *duration* do passivo.

PLANOS	DURATION DO ATIVO (EM ANOS)	DURATION DO PASSIVO(EM ANOS)
ELETRICAS BDI	8,28	9,43
ELETRICAS OP	7,85	19,89
CELPA OP	8,93	18,22
CEMAT BDI	7,35	8,52
CEMAT OP	6,67	14,91
PLANO DE RISCO	10,69	11,47

A Fundação contratou a Consultoria Risk Office, para elaboração de estudo de *Asset Liability Management* – ALM.

O ALM é uma ferramenta de controle e gestão de riscos muito importante e adotada nos planos de benefícios, onde se projetam os fluxos de pagamentos dos benefícios anualmente e, utilizando-se o conceito de Fronteira Eficiente, destacam-se as classes de ativos que oferecem melhor relação de risco / retorno. Os estudos técnicos de ALM poderão mitigar os riscos dos planos de benefícios, oferecendo um casamento, sob as hipóteses consideradas de cenário econômico, entre ativos e passivos.

Desta forma, o atuário calcula o valor presente dos benefícios, baseado no fluxo de caixa esperado dos pagamentos dos benefícios, considerando a expectativa de vidas dos participantes, assistidos e beneficiários, a partir das tábuas biométricas que correspondem às tábuas de mortalidade.

O fluxo de caixa é projetado para os benefícios que são pagos na forma de renda mensal vitalícia para os assistidos e beneficiários, incluindo as reversões em pensão por morte, observado as regras pertinentes aos regulamentos dos planos de benefícios.

Considerando-se as condições de mercado, a elevação da taxa básica de juros acompanhada do aumento do prêmio nos títulos públicos, propiciando a garantia de taxas de juros elevadas com baixo nível de risco, a implementação do estudo de *Cash Flow Matching* foi recomendado, o reinvestimento dos títulos da carteira à medida de seus vencimentos e sustentabilidade da meta atuarial no longo prazo.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução nº 7/2013 a Diretoria Executiva aprovou em 26/02/2015 o Estudo Técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios administrados pela RedePrev, bem como, Estudo Técnico da rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas. De acordo com a Instrução Normativa nº 07, artigo 5º, parágrafo 2º, o AETQ da RedePrev aprovou as informações técnicas referentes aos investimentos para o estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, que foi desenvolvido pela consultoria Risk Office. Baseado no atestado do AETQ e nos estudos técnicos realizados pela ETAA – Atuária Magda Tsuê e pela Risk Office, a Diretoria Executiva da RedePrev aprovou os estudos técnicos de aderência às hipóteses biométricas, demográficas, econômicos e financeiras utilizados nas avaliações atuariais dos planos de benefícios Cemat BD-I, Elétricas BD-I, Celpa-OP, Cemat-OP, Elétricas-OP e Plano-R, os quais demonstraram que a carteira de cada plano de benefícios apresenta fluxo de caixa suficiente para cumprir todas as obrigações durante o período projetado para pagamento dos benefícios.

17 - FUNDO PREVIDENCIAL X CUSTEIO PLANO DE RISCO

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, foi determinada no Plano Anual de Custeio, a cobrança da taxa de contribuição mensal de 1,85% sobre a folha de salários das patrocinadoras para o Plano de Benefícios de Risco, referente ao período de 01/05/2014 a 30/04/2015.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos deste plano, decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo de Oscilação de Riscos, é composto pelo saldo existente em 31/12/2013, pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, pelas concessões de benefícios de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte, pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença, e, pelo Pecúlio por Morte, resultando em um saldo em 31/12/2014 no valor de R\$ 5.118.

O Fundo de Oscilação de Riscos, tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos por morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e Pensionistas. A sua constituição está prevista no Regulamento do plano e na Nota Técnica Atuarial.

18 - APRESENTAÇÃO DO EFEITO DA CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto do item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação do fundo administrativos nos planos previdencias, superávit e déficit técnico, dentre outros. Segue composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014:

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	74.193	74.193
ELÉTRICAS OP	129.536	129.536
CELPA BDI	0	0
CELPA BDII	0	0
CELPA OP	139.471	139.471
CEMAT BDI	45.846	45.846
CEMAT OP	180.305	180.305

PL. RISCO	46.490	46.490
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	4.816	4.816
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(4.540)	(4.540)
CONSOLIDADO	616.117	616.117

19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 - Agente Custodiante

A Fundação tem como Agente Custodiante contratado o Banco Itaú Unibanco S/A. O agente custodiante é responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de setembro de 2009, e alterada pela Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 do Conselho Monetário Nacional.

20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 Transferência de gestão do plano CELPA-OP e parte do Plano-R para a FASCEMAR

Através do Ofício 197/CGTR/DITEC/PREVIC de 28/01/2015 – Plano Celpa-OP, e, Ofício 222/CGTR/DITEC/PREVIC de 29/01/2015 – Plano-R, a PREVIC apontou novas exigências para conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a FASCEMAR.

20.2 Instrução PREVIC nº 19

Em cumprimento a Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, informamos que a entidade não adotou as Resoluções CNPC nºs 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2015, para o exercício de 2014, podendo impactar a situação econômica e financeira dos planos de benefícios. Porém se comparamos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5%, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira dos planos de benefícios.

PLANOS	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	DURATION DO PASSIVO (EM ANOS)
ELETRICAS BDI	5,12%a.a	3,59%a.a	5,52%a.a	9,43
ELETRICAS OP	5,16%a.a	3,61%a.a	5,56%a.a	10,00
CELPA OP	5,20%a.a	3,64%a.a	5,60%a.a	11,46
CEMAT BDI	5,12%a.a	3,59%a.a	5,52%a.a	8,52
CEMAT OP	5,16%a.a	3,61%a.a	5,56%a.a	10,05
PLANO DE RISCO	5,20% a.a	3,64%a.a	5,60%a.a	11,47

Para os Planos Elétricas OP, Celpa OP e Cemat OP está sendo considerado somente os assistidos em renda mensal vitalícia.

20.3 Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A Fundação apresentou à PREVIC o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico para o Plano de Risco, aguardando aprovação pelo órgão fiscalizador, do processo de cisão e transferência para a Fascemar. As Patrocinadoras do plano Elétricas-OP, deverão efetuar contribuições extraordinárias no decorrer de 2015, conforme Parecer Atuarial e Contrato de Amortização do Déficit Técnico. Em relação aos planos Elétricas BDI, CEMAT BDI E CEMAT-OP, a entidade no decurso do

exercício de 2015, estará monitorando o valor do Déficit Técnico tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

* * * *

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da

Redeprev – Fundação Rede de Previdência

Bragança Paulista – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Redeprev – Fundação Rede de Previdência (“Redeprev” ou “Fundação”)**, que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Redeprev – Fundação Rede de Previdência** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Fundação, considerando a sua característica de administradora de planos de benefícios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2, oito patrocinadoras da Fundação estavam sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, desde agosto de 2012. Durante o exercício de 2012, a empresa holding “Rede Energia S.A.”, que também é patrocinadora da Fundação, apresentou pedido de recuperação judicial, como tentativa de solução para a insolvência e em 09 de setembro de 2013, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, concedeu a Recuperação Judicial. Além disso, o Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE aprovou a transferência do controle da Rede Energia S.A., e a ANEEL – Agência nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014, anuiu a transferência do Grupo Rede. Em 11 de abril de 2014 a Energisa S.A. assumiu o controle do Grupo Rede Energia S. A. Além disso, a patrocinadora, Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que está em processo de Recuperação Judicial já

deferido pela Justiça do Pará, em 29 de fevereiro de 2012, teve seu controle acionário adquirido / assumido pela Equatorial Energia S.A. cujo plano de transição já foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Dessa forma conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3 e 20.1, a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA comunicou a Fundação a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de benefícios CELPA BD I, CELPA BD II, CELPA OP e a parcela referente aos participantes ativos e assistidos daquela patrocinadora do Plano de Risco para outra entidade de previdência complementar. A efetiva transferência de gerenciamento dos Planos CELPA BDI e CELPA BDII ocorreu em 01 de julho de 2014. A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou ainda à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP e da parte do Plano de Risco, administrados pela REDEPREV, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014. As referidas solicitações já foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Em 28 e 29 de janeiro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, apontou novas exigências para a conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a Fasmemar.

Em virtude de incertezas relacionadas a esses temas, não é possível determinar quais os reflexos que esses assuntos poderão trazer sobre a Fundação. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datado de 20 de março de 2014, que conteve ênfase, dos mesmos assuntos tratados acima.

São Paulo, 09 de março de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3